

EVENTO E OPINIÃO: ACORDO ORTOGRÁFICO POR JOSÉ CARLOS AZEREDO

Livia Jacob formou-se em letras pela UERJ (licenciatura) e atualmente é aluna do programa de pós-graduação da PUC RIO onde faz mestrado em estudos da linguagem com o apoio do CNPQ.
Email: liviapj@hotmail.com

Aconteceu no dia 26 de março na PUC-RIO a palestra “Nova Gramática e Acordo Ortográfico” ministrada pelo professor José Carlos Azeredo, atualmente professor adjunto da UERJ, onde leciona em turmas de graduação e pós-graduação. Como era de se esperar, o evento ficou absolutamente lotado e não foram poucos os interessados que se acomodaram em assentos improvisados: estavam ali jovens universitários de diversas áreas, ansiosos em conhecer melhor as polêmicas que envolvem o novo acordo.

Apesar do limitado tempo de que dispunha, Azeredo conseguiu expor com brevidade e destreza as principais questões concernentes ao tema. Desta forma, os ouvintes tomaram ciência do trajeto percorrido pela ortografia da língua portuguesa aqui e alhures desde 1910, quando uma “comissão de notáveis” teria se reunido em terras lusitanas com o objetivo de criar um sistema ortográfico simplificado. Desde então, o Brasil já teria passado por três reformas (incluindo a atual), caracterizando-se, portanto, a secção e o desacordo que permearam as divergentes opiniões brasileiras e portuguesas.

O palestrante não deixou ainda de enfatizar a abordagem errônea que se tornou rotineira na mídia na qual se nota a confusão constante entre os conceitos de língua e escrita. De fato, não raro lemos ou ouvimos jornalistas mencionarem que “o idioma será unificado”, crença que visivelmente se difundiu. Porém, percebe-se que linguisticamente tal acepção é errônea, na medida em que toda ortografia é uma imposição dogmática e representativa, ou seja, não se trata de abarcar com precisão todas as variantes (dialetos), mas sim de apenas **representar** a língua por meio de um modo único de escrever, tido como o correto.

Outro problema interessante mencionado por Azeredo refere-se à lentidão por parte da Academia de Ciência de Lisboa quanto à criação de um documento oficial postulando as normas acordadas, conforme realizado pela nossa ABL em 19 de março do presente ano. Tal atraso é certamente reflexo da ferrenha resistência lusitana quanto à aceitação do acordo em movimento liderado por Vasco Graça Moura, escritor e deputado que afirmou considerar o acordo “inconstitucional”. A despeito do nacionalismo e do orgulho de nossos colegas portugueses, argumento comumente empregado para descaracterizar discussões pertinentes à aceitação do

acordo, é certo que a questão ainda enseja muitas controvérsias no que diz respeito ao que está no papel e à realidade prática dos países lusófonos.

Sendo assim, embora a exposição do professor José Carlos Azeredo tenha sido guiada com brilhantismo, os ouvintes sentiram falta de maiores explanações quanto às recorrentes críticas feitas ao acordo, já que o professor acabou por enfatizar as vantagens para o mercado editorial; grandes e irrefutáveis por sinal, bem como serão inegáveis as facilidades para aqueles que dependem de documentos oficiais na área das relações internacionais, muitas vezes redigidos em versões distintas e problemáticas. No tangente às melhorias sociais, um dos pontos nevrálgicos para os que se opõem ao acordo, Azeredo se limitou a mencionar a situação dos países africanos, pois alienados de uma indústria de livros própria, acabariam na mão dos portugueses que estariam detendo o monopólio sobre tal nicho. Foi assim, segundo o referido palestrante, que livros infantis brasileiros teriam sido recusados em Moçambique, já que contrariavam as regras vigentes e, por isso, não podiam ser adotados. Quando perguntado sobre as dificuldades de assimilação das novas regras pelas crianças e pela população em geral, o professor foi conclusivo, afirmando pensar que tal absorção ocorrerá de forma natural e até mesmo imperceptível ao longo do tempo.

É fato incontestável que do ponto de vista das relações internacionais o acordo será de grande benefício para os países envolvidos, da mesma forma que a iminente expansão do mercado dos livros é inegável. Certo é ainda que as crianças e a população em geral sejam capazes de absorver rapidamente as novas normas. No entanto, vale ainda não ignorar a importância das questões sociais referentes à prática do novo acordo. É preciso, por exemplo, ganhar coragem e nos perguntarmos se temos efetivamente o direito de cultivar tal mentalidade imperialista quando pensamos sobre os nossos irmãos que vivem na África lusófona. Certamente monopólios comerciais são desprezíveis, porém não podemos louvar a substituição de um monopólio por outro. As crianças de Moçambique, de Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor Leste têm o direito de lerem histórias infantis publicadas em seus países e que retratem as suas realidades. Ou alguma vez se pensou em adotar nas escolas brasileiras

livros de histórias moçambicanas para os pequenos? Inegavelmente tal adoção traria uma riqueza cultural inestimável, mas seguindo as normas ditadas pelo MEC, uma escola que tomasse semelhante iniciativa teria que se restringir a obra ao ramo dos paradidáticos ou mantê-la no limbo das leituras opcionais

Da mesma forma é patente nos discursos dos grandes gramáticos e professores, nossos inegáveis mestres, um abrandamento quanto ao discurso sobre as práticas educacionais de nosso país quanto ao ensino da

língua pátria. Porque um dos maiores problemas das escolas públicas brasileiras hoje é justamente a falta de material didático. E naturalmente as bibliotecas teriam que ser reestruturadas, o que se imagina que provavelmente não irá acontecer. Haverá um preço a ser pago? São perguntas ainda sem respostas.

Ao fim de sua palestra, Azeredo deu à platéia a honra de conhecer a sua nova gramática, certamente uma obra que se tornará referência na área de Letras dada a sua alta qualidade. Uma exposição brilhante com um professor ilustre e de competência inquestionável. Porém, apenas fala de um notável autor talvez não seja suficiente para esclarecer todas as angústias que permeiam as mentes dos ouvintes... Dúvidas que extrapolam, certamente, o âmbito da gramática. Hoje sabemos que as línguas tendem a enriquecer dia após dia. O mesmo infelizmente não se dá com as nações.